

# NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 28/Jun



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2807/2022



## CNTV participa da 3ª Conferência Regional da UNI Américas em Fortaleza

**A Conferência acontece nos dias 29 e 30 de junho e vai elaborar agenda de atuação no novo cenário político que se desenha na América Latina**



São mais de 600 dirigentes sindicais de 24 países, que representam 124 organizações de trabalhadores filiadas à UNI Global Union, reúnem-se em Fortaleza, nos próximos dias 29 e 30 de junho, na 3ª Conferência UNI Américas.

O encontro, com o tema “Vamos defender

nossos direitos e construir nosso futuro”, vai debater e construir uma agenda de atuação no novo cenário político que se desenha na região. Nos últimos anos, foram eleitos governos progressistas em vários países do continente latino-americano, como México, Chile, Argentina, Honduras, Peru, Bolívia, Colômbia.



### **Presença da classe trabalhadora**

A Confederação Nacional dos Vigilantes – CNTV conta com a participação dos diretores José Boaventura Santos (Presidente do Sindicato dos Vigilantes da Bahia), Adriano Linhares (Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Petrópolis/RJ) e Amaro Pereira Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Barueri/SP).

A 3ª Conferência da UNI Américas vai avaliar o papel dos sindicatos e como os trabalhadores podem definir seu papel no momento político. Os temas em pauta incluem a defesa dos direitos humanos e o fortalecimento da democracia, com a participação dos trabalhadores e suas representações sindicais.

Também será discutida a construção de alianças com os governos progressistas, em busca de soluções de problemas sociais, como diminuição da pobreza e da desigualdade, a luta contra o racismo e outras formas de discriminação.

Entre os pontos trabalhistas específicos, estarão a organização sindical relacionada a novos setores, o fortalecimento da negociação coletiva e a construção de unidade tanto nas esferas nacionais, como no âmbito internacional.

### **Democracia e movimento sindical**

Para o presidente da UNI Américas, Hector Dáer, é fundamental a presença do movimento dos trabalhadores no debate político, pois “não há democracias fortes sem sindicatos fortes”. Dáer também destaca que “o movimento sindical da nossa região sempre esteve na linha de frente da defesa e o fortalecimento da democracia e da paz, inspirando novos direitos para incluir diferentes coletivos”.

O secretário Regional da UNI Américas, Marcio Monzane, ressalta a importância da 3ª Conferência no atual momento político da América Latina. “Na região, não há mais espaço para desrespeito aos direitos dos trabalhadores, para trabalhos precários e para a desigualdade e a discriminação. Com a nova ascensão dos governos progressistas, os sindicatos devem ter um papel ativo, de participação na sociedade”.

### **UNI Américas**

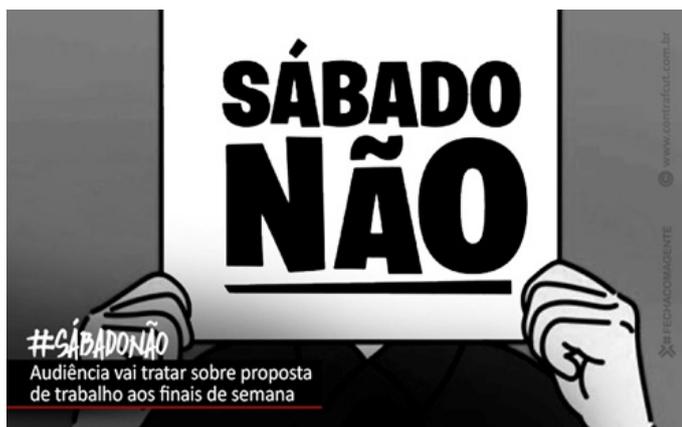
Com sede em Montevidéu, a UNI Américas, à qual a CNTV é filiada, é o braço regional da UNI Global Union, que representa 20 milhões de trabalhadores em 150 países, nos setores de finanças, meios e entretenimento, esportes, cuidados, limpeza, segurança, comércio, cassinos, serviços postais, gráfica e embalagem e telecomunicações.

### **Com informação da UNI, Contraf e CUT**

Fonte: CNTV

# Trabalho bancário nos fins de semana será tema de audiência na Câmara no dia 6 de julho

**Debate do PL 1043 na Comissão de Defesa do Consumidor estava agendado para esta terça (28), mas foi adiado**



O Projeto de Lei (PL) 1043/2019, que libera a abertura dos bancos aos sábados e domingos, estará em pauta na quarta-feira, dia 6 de julho, a partir das 9h, em audiência pública na Comissão de Direitos do Consumidor (CDC) da Câmara dos Deputados. O debate, estava previsto para esta terça-feira (28), mas foi adiado. O projeto, apresentado pelo deputado David Soares (União-SP), chegou a ser incluído na ordem do dia de votação pela CDC no final de maio, mas foi retirado da pauta após forte pressão da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro de demais entidades sindicais. Os bancários podem participar presencialmente da audiência e também pela TV Câmara.

“O PL 1043/19 não atende às necessidades da população por serviços bancários universais e de qualidade e ameaça ainda mais os direitos dos bancários, que adoecem com o aprofundamento da exploração e cumprimento de metas absurdas a que cotidianamente são submetidos. Os bancos querem apenas ampliar as possibilidades de lucros, sustentado na lógica do atendimento elitizado e dirigido a locais bem específicos nos finais de semana. Por isto, somos contra este projeto”, disse o

deputado Ivan Valente (Psol-SP), que atendeu a demanda do movimento sindical e requereu a audiência.

Desde que o projeto foi apresentado na Câmara dos Deputados o movimento sindical tem atuado contra o avanço de sua tramitação por entender que o assunto deve tratado em mesa de negociações entre os bancos e o movimento e por se tratar de um lobby que visa apenas o lucro dos bancos, desconsiderando os interesses de clientes e da categoria bancária.

A proposta já teve parecer favorável do relator, deputado Eli Corrêa Filho (União-SP), que em seu substitutivo, diz que é “fundamental que seja garantida a liberdade para que cada instituição”, em nome da “livre concorrência”, “opte ou não pelo funcionamento aos sábados e domingos, criando uma competição saudável e desejada”.

A presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira, observa que a categoria não se nega a negociar sobre o trabalho aos finais de semana diretamente com os bancos e que, inclusive, existem acordos específicos que autorizam o expediente em feiras e eventos realizados aos sábados, domingos e feriados. “Não há necessidade de tratar o assunto em lei, pois permitirá a abertura dos bancos aos finais de semana em qualquer situação, e isso prejudicará toda a categoria”, observou. “Além disso, é um desrespeito à negociação coletiva”, completou.

Para o secretário de Relações do Trabalho e responsável pelo acompanhamento de questões de interesse da categoria no Congresso Nacional pela Contraf-CUT, Jeferson Meira, o Jefão, tanto o parlamentar que

apresentou a proposta quanto o que emitiu parecer favorável desconhecem a dinâmica do trabalho bancário. “A categoria bancária, que já sofria com as Lesões por Esforços Repetitivos e os Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (LER/dort), agora é também a que mais sofre com transtornos mentais devido ao estresse gerado pelo assédio e cobrança de metas absurdas. Sem os finais de semana para espairecer a cabeça, com certeza haverá o aumento do adoecimento da categoria”. Para Jefão, “o PL só favorece o interesse dos bancos em negócios milionários aos sábados e domingos, dias em que ocorrem muitos leilões, rodeios, exposições agropecuárias e feirão de imóveis, e desconsidera tanto a bancária e o bancário, como também o cliente. O sextou bancário tem que continuar!”.

O dirigente sindical e representante do Sindicato dos Bancários de São Paulo no Grupo Nacional da Agenda Legislativa das Centrais Sindicais, Alexandre Caso, concorda com Jefão. “Sem dúvida, o quadro de adoecimento vai se tornar mais grave, pois ninguém merece mais pressão por metas e assédio também aos sábados e domingos. A realização de audiência pública é o melhor caminho para que o debate e os dados comprovem que esse projeto não merece prosperar”, disse.

### **Irresponsabilidade com segurança**

Outro ponto apontado pelo movimento sindical é com relação à segurança no serviço bancário, de responsabilidade da Polícia Federal, que requer plano muito bem elaborado. “O parecer substitutivo do deputado Eli Corrêa Filho elimina essa preocupação de forma categórica, em profundo descaso com a vida das pessoas”, observa Jefão. “O relator está tão obcecado em garantir mais e mais lucro aos bancos, que em outro projeto – o PL 2897/21, sobre títulos de crédito em formato digital – também apresentou uma emenda para a dispensa do plano de segurança, colocando ainda mais em risco a vida de clientes e funcionários das instituições financeiras”, denunciou.

### **Pressão presencial e remota**

Jefão acrescenta que o deputado Eli Corrêa Filho possui histórico de “inimigo da categoria e aliado dos bancos” e lembra que, pouco antes de assumir a relatoria do PL 1043, o deputado apresentou, na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, “uma emenda em que ataca o direito de greve em instituições financeiras, citando inclusive a lei antiterrorista para reforçar sua ação contra a categoria”.

“O relator deve ser questionado por seu posicionamento”, alertou Jefão. “Vamos nos mobilizar e pressionar o deputado contra o PL 1043, enviando e-mails, telefonando para seu gabinete ou acessando suas redes sociais, para expor nossa indignação contra os ataques à categoria bancária”. A hashtag #SábadoNão será usada em protestos nas redes sociais (para a pressão, os contatos do deputado seguem ao final do texto).

A Câmara dos Deputados tem uma enquete online para qualquer cidadão se manifestar sobre o PL 1043, dizendo qual sua posição sobre o funcionamento das instituições financeiras aos sábados e domingos. “Bancários e bancárias devem garantir seu direito ao descanso semanal e dizer que discorda totalmente da proposta”, orientou Jefão. “Continuaremos mobilizados e em constante vigilância para que não seja colocado em pauta o projeto que ataca mais uma vez a categoria bancária”, completou.

### **Audiência pública ordinária semipresencial do PL 1043/2019**

Tema: abertura de agências bancárias aos sábados e domingos

Quando: terça-feira, dia 28 de junho, às 14h

Onde: Câmara dos Deputados, Anexo II, Plenário 08

A audiência será transmitida ao vivo pela TV Câmara.

### **Contatos do deputado**

Eli Corrêa Filho, relator do PL 1043

E-mail: [dep.elicorreafilho@camara.leg.br](mailto:dep.elicorreafilho@camara.leg.br)

Telefone: (61) 3215-5850

Facebook: [facebook.com/EliCorreaFilho](https://facebook.com/EliCorreaFilho)

Instagram: [instagram.com/elicorreafilho/](https://instagram.com/elicorreafilho/)

Site: [elicorreafilho.com.br/](http://elicorreafilho.com.br/)

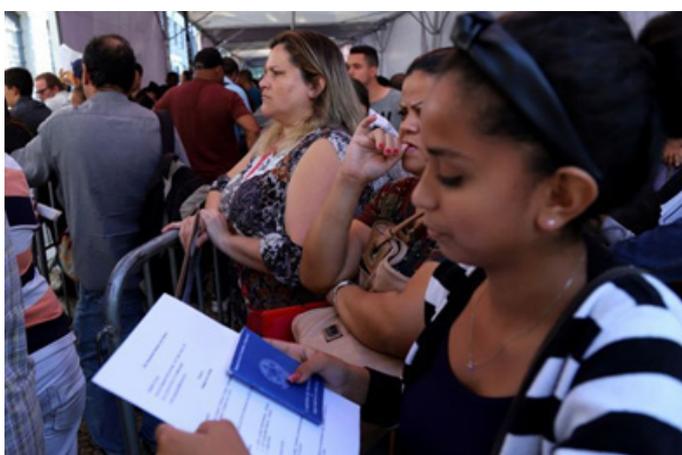
Endereço: Gabinete 850 – Anexo IV – Câmara dos Deputados, Brasília – DF

**FONTE: CONTRAF**

# Mais de 70% das vagas de trabalho perdidas em 2020 eram ocupadas por mulheres

**Das 825,3 mil vagas fechadas em 2020, 593,6 mil eram ocupadas por mulheres. Economista diz que problema é estrutural e histórico que penaliza mais as mulheres, principalmente em época de crise**

ROBERTO PARIZOTTI (SAPÃO)



No auge da pandemia, em 2020, as empresas brasileiras demitiram 825,3 mil trabalhadores formais. Deste total 593,6 mil postos de trabalho eram ocupados por mulheres. Ou seja, dos postos fechados, 71,9% eram ocupados por trabalhadoras, muitas delas mães solo, chefes de família.

Entre 2019 e 2020, o número de trabalhadoras ocupadas caiu 2,9%, de 20,7 milhões para 20,1 milhões, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Esses números não surpreendem quem passa por essa situação de desemprego muito menos quem estuda o mundo do trabalho. Em todas as crises econômicas as mulheres são as primeiras a serem demitidas e as últimas a conseguirem uma recolocação no mercado de trabalho. E a saída para elas é fazer bicos para sustentar a si e a família.

Este é o caso de Julia Margarida Gomes da Silva, de 38 anos, divorciada, mãe de três filhos

e recém-formada em técnica de enfermagem. Enquanto procura um emprego formal, que garanta direitos como férias, 13º salários e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), ela tem sobrevivido com empregos temporários, substituições em folgas, enfim, fazendo um pouco de tudo.

“Já fiz bordados, fui cuidadora de idoso e faxineira, tudo para colocar o arroz na panela pros meus filhos”, conta Júlia, que só teve emprego com carteira assinada como auxiliar de serviços gerais, vendedora de loja de roupas e cozinheira.

Segundo ela, quem ajuda a pagar as contas são a sua mãe e o padrasto, ambos aposentados, porque a pensão das suas duas filhas, de 16 e 14 anos, é de R\$ 1.300 e o valor do aluguel é R\$ 900. O pai do seu caçula, de sete anos, não assumiu o filho e foi morar no exterior, e ela diz que não tem como encontrá-lo.

“Eu nunca fui incentivada a estudar pelo meu ex-marido, apesar dele ser professor. Antes eu trabalhava na delegacia do trabalho em Belém, mas depois da licença maternidade e da transferência dele para o interior do Pará, a desculpa de sempre era que eu tinha de cuidar dos filhos. Me casei aos 19 anos e somente quando me divorciei voltei a estudar, e para isso sai do Pará e vim para São Paulo há nove anos”, conta.

A luta de Júlia é o retrato de um problema estrutural e histórico. As mulheres, mesmo em ciclos econômicos mais expansivos são

as menos procuradas para ocupar vagas de trabalho, afirma a economista e pesquisadora do mercado de trabalho, Marilane Teixeira.

“São vários os fatores, a começar pela ausência do Estado e da garantia de políticas públicas como creches e ensino integral. Somente no ano passado, 70% das crianças mais pobres, de zero a três anos, estavam sem vagas em creches. Isso é um problema gigantesco para as mulheres que precisam trabalhar”, diz a economista.

Outra dificuldade comum entre as mulheres que precisam deixar seus filhos em creche, é que elas procuram trabalho perto de suas casas para dar tempo de levar e buscar seus filhos em horários compatíveis com sua carga horária.

Segundo Marilane Teixeira, a pandemia reforçou essa situação de desemprego entre as mulheres com o aumento da sobrecarga de trabalho dentro de casa. São elas que normalmente cuidam dos enfermos, das crianças e dos idosos; uma situação que se agravou com o abandono da política de cuidados dos dois últimos governos.

Além desse problema estrutural, o tipo de emprego que vem se recuperando na economia acaba absorvendo o sexo masculino, como a construção civil, composta por 90,6% de homens. A alta no setor foi de 4,3% no contingente de assalariados (mais 80,8 mil).

As mulheres eram maioria nos setores de educação (66,9%); alojamento e alimentação (55,7%) e outras atividades de serviços (52,9%), os mais prejudicados pela pandemia. O segmento com a maior queda de assalariados foi alojamento e alimentação: -19,4% (ou menos 373,2 mil).

“Como as mulheres estão inseridas em atividades que ainda apresentam dificuldades em serem retomadas, como os serviços, a educação, e o trabalho doméstico, a tendência é a mulher ter mais dificuldade em se recolocar no mercado”, afirma a economista.

“No auge da pandemia foram perdidas quase

1 milhão de vagas de trabalhos domésticos”, complementa Marilane.

A secretária da Mulher Trabalhadora da CUT Nacional, Juneia Batista, concorda que as mulheres encarregadas de cuidar dos filhos e pais idosos, imposição do modelo de sociedade patriarcal em que vivemos, são as mais prejudicadas.

“Veja o exemplo da Júlia, casou jovem, teve filhos e somente quando conseguiu se divorciar voltou a estudar e trabalhar. Milhares de mulheres vivem situação idêntica. Para mudar isso, é preciso políticas públicas que atendam as mulheres trabalhadoras”, diz Juneia.

A dirigente defende que o empoderamento feminino, se dará por meio da educação e da formação, com reflexos no mundo do trabalho.

“Eu acredito que a mudança do comportamento vem pela educação, pela formação, com igualdade de oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho”, finaliza Juneia Batista.

### **Outros dados da pesquisa do IBGE**

- De 2019 para 2020, o número total de trabalhadores assalariados em empresas e outras organizações ativas caiu de 46,2 milhões para 45,4 milhões, (1,8% a menos).

- A participação feminina entre os assalariados das empresas formais do país caiu de 44,8% para 44,3%, em 2020. É a menor porcentagem desde 2016, ano em que houve o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff.

- Entre os homens, a redução de empregos foi menor, de 0,9%. O número de assalariados recuou de 25,5 milhões para 25,3 milhões. Isso significa que os homens perderam 231,7 mil postos, o equivalente a 28,1% de todas as vagas encerradas à época.

Fonte: CUT - Rosely Rocha | Editado por:

Marize Muniz

# Número de pessoas armadas no RS cresce 70% em menos de dois anos



O aumento de pessoas com registro de armas no Brasil traz um desafio para pesquisadores e formuladores de políticas de segurança pública. Além do crescimento de parcela da população armada, o perfil desse grupo é o que chama a atenção.

O início da flexibilização nas regras para compra de armas por parte de caçador, atirador esportivo e colecionador (denominados pela sigla CAC) antecede o governo de Jair Bolsonaro (PL), mas o afrouxamento da legislação teve grande impulso no atual governo federal.

No Rio Grande do Sul, dados obtidos via Lei de Acesso à Informação (LAI) pelo Instituto Igarapé e disponibilizados ao Sul21 mostram que quase dobrou o número de pessoas armadas registradas como CAC em menos de dois anos.

Em junho de 2020, o estado tinha 35.375 pessoas sob tal denominação e, em novembro de 2021, já eram 59.818, um aumento de 69,1%.

No Brasil, no mesmo período, o crescimento foi de 106,2%. Sozinho, o RS representa 12,2% dos registros de CAC do País.

Na análise da advogada Isabel Figueiredo, membra do conselho administrativo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), as pessoas engajadas no movimento pró-arma perceberam ser mais fácil “se travestir” de CAC e obter autorização via Exército, do que tentar o direito a posse e porte de arma por meio da Polícia Federal.

Segundo a pesquisadora, o elevado crescimento de pessoas intituladas como caçador, atirador esportivo e colecionador, mostra haver um desvio na lógica do grupo.

“Não é mais disso que se trata e os calibres mostram que não são para uso esportivo”, explica Isabel. Enquanto proliferam pelo País novos clubes de tiro, não há na mesma proporção um aumento no número de praticantes reais do esporte. “Tem gente querendo se fingir de atirador esportivo.”

Ao se analisar os dados apenas dos atiradores esportivos no RS, o aumento é de 241,4% entre fevereiro de 2018 e dezembro de 2021. Ao todo, a quantidade de pessoas com registro de armas nessa modalidade saltou de 17.440 para 59.539.

A pesquisadora enfatiza que a situação é mais preocupante porque o Exército tem uma visão burocrática do tema e não cumpre sua função de fiscalizar os CAC. Cerca de 2% dos colecionadores e clubes de tiro recebem visita de fiscalização. Por outro lado, a advogada lembra pesquisa recente do Datafolha apontando que 70% da população brasileira é contra a posse e porte de armas.

“É interessante porque não é que a população esteja se armando, até porque é caro comprar arma, mas são os CACs que estão fazendo o estrago”, avalia. A situação, diz Isabel, preocupa. Ela salienta haver estudos que mostram como as armas são um fator de risco, influenciando no aumento da violência doméstica e em suicídios, além da criminalidade. Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) indica que cada 1% a mais de armas impacta em 2% de aumento de homicídios.

### **Radicalização**

A mudança no discurso pró-arma de Bolsonaro não escapa da análise de Isabel Figueiredo, também ex-secretária de Segurança Pública do Distrito Federal. Enquanto deputado federal e durante toda a campanha eleitoral de 2018, Bolsonaro sempre moldou o discurso a favor do armamento da população como forma do cidadão se proteger da criminalidade.

A retórica começou a ser modificada na famosa reunião ministerial de abril de 2020, que veio à tona na esteira da acusação do então ministro da Justiça, Sérgio Moro, de que o presidente teria tentado interferir na Polícia Federal.

Naquela reunião, no contexto dos primeiros meses da pandemia do novo coronavírus, Bolsonaro argumentou que a população armada poderia ser uma forma de combater a “tirania” de prefeitos e governadores que

impunham medidas de restrição para combater a disseminação do vírus.

Desde então, a integrante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) acredita ser para esse público mais radicalizado que Bolsonaro dirige seu discurso pró-arma – além de agradar a indústria armamentista.

“Essas pessoas estão se fortalecendo como grupo, como identidade. É um risco e temos que estar atentos. E não me parece que o Exército esteja olhando pra isso, esteja dando a devida atenção pra esse tema”, afirma Isabel. “Esse grupo nunca esteve tão forte e empoderado como agora.”

Por outro lado, ela ressalva a existência dos verdadeiros atiradores esportivos, assim como colecionadores que cumprem um papel histórico importante.

### **Futuro**

Se fingindo ou não ser um caçador, atirador esportivo ou colecionador (CAC), fato é que o aumento de 69,1% de pessoas armadas no Rio Grande do Sul sob essa denominação, e 106,2% no Brasil, é algo consolidado e não retrocede.

Ciente desse cenário, Isabel Figueiredo propõe olhar para frente. Em caso de mudança na presidência da República a partir de janeiro de 2023, as portarias e decretos emitidos por Bolsonaro para facilitar o acesso às armas podem ser facilmente revogáveis. Por meio de lei houve pouca coisa, basicamente o porte em zona rural.

Na perspectiva otimista, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) tem proposto a criação de uma agência de controle sobre armas, como forma de organizar e qualificar a fiscalização no Brasil.

“Essa talvez seja uma medida muito importante. Se não volta atrás com quem já comprou, ao menos melhora o controle”, pondera Isabel. No entanto, se o atual presidente se reeleger, a advogada teme pelo futuro. “Aí vai ser o caos.”

Foto: Guilherme Santos/Sul21

Fonte: Luciano Velleda – Sul21

# Apesar dos lucros bilionários, bancos não dão garantias de empregos

**Em oito anos, foram extintos 77 mil postos de trabalho na categoria**

REPRODUÇÃO



Na segunda rodada de negociação, nesta segunda-feira (27), representantes dos bancos afirmaram que não dão garantias de empregos. De 2013 a 2021 são 77 mil postos de trabalho a menos na categoria bancária, o que equivale a uma redução de mais de 15%, e o fechamento de quase 5 mil agências físicas.

Outro ponto discutido hoje (27) entre o Comando Nacional dos Bancários e a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban)

foi o aumento das terceirizações em diversos setores de atividade dos bancos. O número de estabelecimentos que prestam serviço de correspondente bancário cresceu 42% entre 2016 e 2022, atingindo 470 mil em março de 2022, de acordo com o Banco Central.

“Os bancos são responsáveis por quase 1% do estoque do emprego no Brasil, e, mesmo sendo um dos setores mais lucrativos do país, somente na pandemia, reduziram dois mil

postos de trabalho. A alta rotatividade no setor tem um motivo: no primeiro quadrimestre de 2022, por exemplo, o salário médio daqueles que entravam nos bancos correspondia a apenas 83% do salário médio daqueles que eram desligados das empresas do setor”, disse Ivone Silva, presidenta do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e região e uma das coordenadoras do Comando Nacional dos Bancários.

### **O desmonte trabalhista agravou a precarização e aumentou a terceirização no setor.- Ivone Silva**

Precarização do trabalho e terceirização

Se em 1990 havia mais de 730 mil bancários no país, em 2019, eram próximos de 455 mil, redução de cerca de 300 mil empregos. A redução no número de trabalhadores, resultado do fechamento de agências e digitalização dos bancos, contribui com a sobrecarga de trabalho.

Em dezembro de 2021, os cinco bancos possuíam mais de 464 milhões de clientes e, somente, 394 mil trabalhadores, o que representa quase 1.180 clientes por trabalhador.

Para ter uma ideia desse aumento, em 2015, por exemplo, os bancos possuíam 309,4 milhões de clientes e 433 mil bancários, ou seja, uma relação de 715 clientes por empregado, crescimento de 65,0% em seis anos ou de mais de 77 clientes por empregado por ano.

Outras formas de terceirização utilizadas pelos bancos é através da atuação dos agentes autônomos de investimentos que ofertam produtos bancários e por meio de plataformas digitais ou via criação de empresas fora da

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

atividade bancária, especialmente, em áreas ligadas à tecnologia.

“Nessa negociação cobramos a garantia dos empregos, o fim da terceirização, que se amplia no setor bancário, a preparação dos trabalhadores para as mudanças tecnológicas e a redução da jornada de trabalho para quatro dias”, informou a presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Juvandia Moreira, que é uma das coordenadoras do Comando Nacional dos Bancários. Ela ressaltou que os bancos dobram seu patrimônio a cada cinco anos.

### **Não podemos aceitar que eles demitam e colaborem para o aumento da miséria no país, que já chega a 33 milhões de pessoas. - Juvandia Moreira**

Nos últimos 10 anos, o lucro dos bancos cresceu 15% acima da inflação. Em 2021, os cinco maiores bancos do país (Caixa, BB, Itaú, Bradesco e Santander) lucraram R\$ 107,7 bilhões, 34,1% maior do que no ano anterior. No primeiro trimestre de 2022 o montante somou R\$ 27,6 bilhões, 17,5% maior do que no mesmo período do ano passado.

“Uma das reivindicações da categoria é a redução da jornada para quatro dias por semana, associada a redução da intensidade do trabalho e do controle da hora extra, sempre realizadas através da negociação coletiva com os sindicatos”, destaca Ivone Silva.

**FONTE: RBA - Cecília Negrão, SPBancários**

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF